

POLÍTICA

Depois do pronunciamento do senador Luiz Viana Filho sobre o Nordeste, ficou a expectativa de que outras vozes viessem a se somar às ponderações do ex-governador da Bahia. José Sarney, também ex-governador, é a voz de hoje.



DEBATE

A Sudene já chegou ao fim? Responde: senador José Sarney

Ao apontar os erros na política de desenvolvimento do Nordeste, o esvaziamento da Sudene e do Banco do Nordeste e a vulgarização dos incentivos fiscais, o senador José Sarney (Arena-MA) reclamou, como indispensável, "uma avaliação das políticas deflagradas sobre o Nordeste ao longo destes 15 anos, pois é preciso saber o que ocorre, retificar diretrizes, mudar o que for necessário e dinamizar o que for útil".

Lembrou que o Ato Institucional nº 5 foi fruto de uma crise político-institucional que teve o Congresso como o seu grande cenário. "Pois a primeira reforma constitucional que o AI-5 ensejou, já nos primeiros dias de dezembro, foi a mudança dos critérios do Fundo de Participação, que feriu de morte o Nordeste, o planejamento global, e fez com que, sem recursos, os administradores voltassem ao regime de coletor e soldado de polícia".

A POLITICA

Para Sarney, ninguém, em sua consciência, poderá afirmar que o Nordeste não mudou, que não progrediu ou não acompanhou o ritmo de crescimento do Brasil:

— Não se pode dizer, no entanto, que ele criou forças de sustentação interna, sendo capaz de viver com problemas, mas com perspectivas. Também não se pode afirmar que o Nordeste cresceu no ritmo que o Brasil precisava que ele crescesse, para deixar de ser o grande problema que o nosso país tem em seu futuro.

Nenhum milagre poderá evitar que o Nordeste seja uma região-problema, pois essa circunstância decorre de condições físicas imutáveis. O setor primário, ajuntou o senador, terá sempre a condicionante de terras pobres e condições climáticas difíceis. Observou que no entanto, este setor ainda é o que mais de perto poderá aliviar o grave problema social do desemprego, da fome e do êxodo.

Acentuou que a filosofia inicial do projeto de desenvolvimento do Nordeste estava inteiramente errada. Sua economia foi estimulada no sentido de constituir um compartimento isolado, com estrutura de sustentação interna. Lembrou que todos os programas levavam a uma economia regional própria, como um comportamento separado do conjunto da economia brasileira.

— Na verdade — disse o senador maranhense — quando o país progrediu e houve a integração nacional pelos transportes e comunicações, a frágil economia do Nordeste teve de confrontar-se com a economia de cen-

tro-sul, mais forte, e desmoronou-se na sua tentativa de sobrevivência.

Observou que o exemplo mais flagrante dessa realidade é que não foram os produtos industriais do Nordeste competir nas praças do Rio e de São Paulo, subsidiados pelos incentivos, mas, os produtos primários da região Centro-Sul, frutos da economia de escala, desde os mais simples, como aves, ovos e legumes, é que foram competir dentro do próprio Nordeste com a frágil economia agrária de subsistência.

— O exemplo da seca de 1971, é típico — acentuou. A mais fraca seca, em termos de intensidade pluviométrica, mas, a de maiores consequências sociais, porque a economia nordestina estava tão combatida que não suportava mais nenhum trauma.

A SUDENE

* Não concorda Sarney com os que, diante de constatação de tamanha gravidade escolham a Sudene, de modo simplista, para "bode expiatório" de tudo quanto de errado ocorreu. Deve-se culpar o país como um todo, não a Sudene. Para ele, "a consciência de que o problema é nacional é sempre repetida, mas a verdade é que ainda não se implantou em termos de consciência nacional".

— As providências para o Nordeste passaram a ser tomadas em função dos corpos de pressão que se organizavam, ou através de crises e de reivindicações de seus representantes. Com a mudança do critério de representação — os deputados passaram a ser eleitos pelo número de eleitores e não pelo de habitantes, processo único no mundo — o Nordeste perdeu substância política legítima de pressão.

Acrescentou que, além de perder poder de barganha política com a mudança no processo de eleição, o Nordeste perdeu igualmente substância econômica com a mudança dos critérios de distribuição do Fundo de Participação. Quando os resultados de tais mudanças indicaram que a imagem do Novo Nordeste passava a ser "do mesmo Nordeste", a sensibilidade dos governos criou planos de circunstância, que tinham efeito psicológico, mas não chegavam a ser executados a ponto de constituir efetivamente uma solução.

— Daí ser o excesso de planos uma das crises do Nordeste, com a proliferação de planos, de órgãos, de sub-órgãos, que burocratizam, atrasam e até mesmo frustam os objetivos desejados — assinalou o senador maranhense.

Constatado o mal, o senador José Sarney propõe, como medida urgente, uma avaliação de todos esses programas e de todos esses órgãos, assim como o exame de superposição de atribuições — uma mesma coisa feita por vários órgãos — e uma melhor coordenação no setor governamental para a região.

Lembrou que, em decorrência da crise econômica mundial, o Brasil vai atravessar muitas dificuldades. No Nordeste, a crise nacional será ainda agravada pela crise regional. Frisou que o êxodo que atualmente se verifica na região não é mais o êxodo das populações rurais (que ainda existe), mas do que há de mais capaz no setor empresarial e entre os técnicos, de um modo geral.

— O presidente Geisel fez um grande esforço para melhorar o nível de atuação da Sudene, para revitalizá-la. Melhorou salários, deu-lhe mais força, liberou verbas, colocou na sua direção um técnico da mais alta competência, mas o problema não se limita a isso, é que a Sudene não é tudo e não pode fazer milagres, quando o golpe que lhe foi desferido é muito mais antigo e muito mais profundo — disse, acrescentando que, como órgão de planejamento regional, a Sudene era ligada à Presidência da República e antecedeu ao próprio Ministério do Planejamento. "Com a criação do Ministério do Planejamento, a Sudene ficou no Ministério do Interior. O Ministério do Planejamento planeja a nível nacional, atinge, portanto, a Sudene; a Sudene planeja a nível regional sem ter participação a nível nacional, mesmo porque sua vinculação é com o Ministério do Interior" — acrescentou o senador maranhense.

Disse, ainda, que o Banco do Nordeste acha-se vinculado ao Ministério da Fazenda pela própria natureza de suas funções, mas está burocraticamente ligado ao Ministério do Interior. A luta, assim, não é de hoje, segundo o senador, "vem de muito tempo e, é preciso que se diga, tem debilitado a atuação do órgão na área".

Observou que não se trata propriamente de um bom relacionamento entre as pessoas, os ministros, os diretores, pois é a própria estrutura burocrática que independe das pessoas e até rema contra elas e contra tudo. O Ministério da Fazenda "choca-se como Banco do Nordeste, enquanto a Sudene choca-se com a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, com a Secretaria de Planejamento do Ministério do Interior, enquanto se eterniza o drama da indefinição de funções".

— Desse universo contraditório nasceu o espectro do enfraquecimento da Sudene. Ela é obrigada a negociar em várias áreas, enquanto o planejamento regional foi praticamente liquidado. Cada estado deixou de ter suas prioridades regionais e passou a fazer programas isolados que não se enquadram dentro dos interesses da área de que fazem parte. Perdeu-se o espírito de corpo e entrou-se numa política em que tudo vale. A esse respeito, houve um grande retrocesso — assinalou o sr. José Sarney.

Os resultados dessa política estão à vista de todos, segundo o senador. A grande imagem do novo Nordeste que a Revolução criou "começou a ser corroída e os políticos que se afirmaram, é bom frisar, como administradores, e por isso mesmo eram reivindicatórios, foram colocados na área do esfriamento".

Segundo Sarney, as vozes que tomaram essa área passaram a ser vozes da Oposição, que hoje falam em nome de uma bandeira que é nossa, que foi construída com nosso esforço, porque só o que a Revolução fez pelo Nordeste justificava a Revolução. As oligarquias caíram, o marasmo administrativo acabou e nasceu uma nova geração de políticos, que eram legítimos porque falavam a linguagem das reivindicações legítimas da área.

— Não sei porque — acrescentou mas, uma avaliação criteriosa dos procedimentos políticos e administrativos que, a partir de 1968, vêm sendo adotados, demonstra a existência no Nordeste de um certo complexo de Vulcano, de comer seus próprios filhos. Basta lembrar que o AI-5 foi fruto de uma crise política no Congresso. Pois a primeira reforma constitucional que ensejou, já nos primeiros dias de dezembro, foi a mudança de critérios do Fundo de Participação, que feriu de morte o Nordeste, o planejamento global e fez com que, sem recursos, os administradores voltassem ao regime do coletor e do soldado de polícia.

Por fim, propôs o senador José Sarney uma avaliação de todos os órgãos que atuam na região e uma redistribuição de atribuições, assim como uma reformulação em matéria de captação e aplicação de recursos.

— Talvez, agora, a questão não seja de novos programas, mas de fazer funcionar os existentes. O mal foi diagnosticado, estamos nos perdendo na terapêutica — concluiu.